

ESCOLA DE GUERRA NAVAL
CC (FN) WILLIAM MONTEIRO DA SILVA GOIS

EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE:
a dissonância operacional em relação à população

Rio de Janeiro

2021

CC (FN) WILLIAM MONTEIRO DA SILVA GOIS

EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE:
a dissonância operacional em relação à população

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus por proporcionar-me saúde e inspiração para dedicar considerável esforço nesta longa e desafiadora jornada.

À minha amada esposa Luciana, pelo apoio irrestrito durante o desenvolvimento desse trabalho e pela paciência em entender as ausências neste ano acadêmico. Não há palavras que expressem o nível de gratidão e amor que tenho por você. Muito obrigado!

Aos meus filhos, Aquiles, Penélope, Dafne e Hércules, por suportarem as minhas ausências e pelos sorrisos e abraços amorosos que sempre me motivam a ir em frente.

Aos meus pais, responsáveis pela minha formação e pelos valores morais transmitidos, que me permitiram ser pai de família e profissional.

Ao meu orientador, CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pelas orientações, ensinamentos, paciência, serenidade e, em particular, pelo incentivo que contribuíram decisivamente para o resultado deste trabalho.

A meu amigo, CC (FN) Michel Melo da Silva, pela contribuição na elaboração e revisão desta dissertação e, principalmente, pelo espírito fraterno ao longo de todo o curso.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram no desenvolvimento desta dissertação.

RESUMO

Ao longo da década de 1990, um novo ator emergia, em face das modificações geradas em um mundo pós-Guerra Fria (1947-1989). Com pouca notoriedade no início de seu desenvolvimento, as empresas militares privadas (EMP) começaram a ganhar importância, à medida que os exércitos regulares, agora mais enxutos, necessitavam ampliar seus efetivos e capacidades de atuação em áreas não militares em um curto espaço de tempo. Nesse cenário, destaca-se a Guerra do Iraque (2003-2011), conflito no qual o emprego das EMP, em apoio as forças contrainsurgentes, atingiram números inigualáveis e despertaram para o mundo a existência de mais um elemento em meio aos conflitos contemporâneos. Simultaneamente, o exército norte-americano reformulava sua doutrina de contrainsurgência, tendo como uma de suas bases a teoria desenvolvida por David Galula (1919-1967) na década de 1960. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa é analisar se o emprego das EMP, em apoio as forças contrainsurgentes na Guerra do Iraque, teve aderência ao modelo teórico de contrainsurgência de David Galula. Para alcançar esse propósito, estabeleceu-se como desenho de pesquisa o confronto da teoria versus a realidade. Por meio desse desenho, foi possível constatar que a utilização das EMP, durante a Guerra do Iraque, não coadunou com a teoria desenvolvida por David Galula, particularmente no que diz respeito as ações do contrainsurgente que deveriam ser centradas no apoio da população. As EMP apresentavam-se, inicialmente, como um elemento multiplicador de forças. Porém, o descontrole e a falta de percepção das operações de uma perspectiva mais ampla acabaram por reforçar o sentido que suas ações não estavam voltadas para conquistar o apoio da população. Por fim, nosso estudo propõe que a Marinha do Brasil (MB) incentive os militares a debater sobre esses pontos, em especial sobre as EMP, por se tratar de um assunto pouco explorado no âmbito nacional.

Palavras-chave: Empresas Militares Privadas (EMP). Contrainsurgência. Teoria. David Gaula. Apoio da População.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do efetivo das EMP (armados e desarmados) na Guerra do Iraque.....33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

DoD – *Department of Defense* – Departamento de Defesa dos EUA

DoS – *Department of State* – Departamento de Estado dos EUA

EMP – Empresa Militar Privada

EUA – Estados Unidos da América

FM – *Field Manual* – Manual de Campanha

MB – Marinha do Brasil

OIF – *Operation Iraqi Freedom* – Operação Liberdade do Iraque

ONG – Organização não Governamental

PMC – *Private Military Company* – Empresa Militar Privada

PMF – *Private Military Firm* – Firma Militar Privada

PMSC – *Private Military Security Company* – Empresa Militar de Segurança Privada

PRT – Provincial Reconstruction Team – Equipe de Reconstrução Provincial

PSC – *Private Security Company* – Empresa de Segurança Privada

ROC – *Reconstruction Operations Center* – Centro de Operações de Reconstrução

UAV – *Unmanned Aerial Vehicle* – Veículo Aéreo não Tripulado

USAID – *U.S. Agency for International Development* – Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA SEGUNDO DAVID GALULA	9
2.1	David Galula – natureza intelectual e vida	9
2.2	Insurgência e contrainsurgência – conceitos e características	12
2.3	Pré-requisitos para o sucesso de uma insurgência – condições a serem combatidas ..	15
2.4	As leis da guerra de contrainsurgência – o farol para vitória	19
2.5	Conclusões parciais	23
3	AS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS E A GUERRA DO IRAQUE	25
3.1	O que são e o que fazem as empresas militares privadas?	25
3.2	A evolução das empresas militares privadas.....	26
3.3	O emprego das empresas militares privadas na Guerra do Iraque	29
3.3.1	A Guerra do Iraque: um breve histórico	30
3.3.2	As empresas militares privadas e a guerra de contrainsurgência no Iraque	32
3.4	Conclusões parciais	42
4	A TEORIA DE GALULA E O EMPREGO DAS EMP NA GUERRA DO IRAQUE	43
4.1	A contrainsurgência de Galula e os efeitos das EMP no Iraque	43
4.2	Conclusões parciais	48
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria (1947-1989) muitos Estados passaram a diminuir o tamanho de suas forças armadas e cortar os gastos na área de defesa. No lugar de manter um grande exército permanente, os Estados, principalmente os ocidentais, optaram por associar forças militares mais condensadas aos avanços tecnológicos. Essa arquitetura, que dominou a estratégia militar ao longo da década de 1990, proporcionava uma redução dos riscos para os próprios exércitos, bem como aumentava a velocidade com que as operações militares eram conduzidas.

Contudo, um novo fenômeno também emergia no mesmo período, mas sem receber a mesma atenção até o início do século XXI. Em face da desmobilização militar, um grande número de soldados e armamentos ficaram disponíveis no mercado. Essa outra combinação proporcionou a ascensão de um novo ator na esfera internacional: as empresas militares privadas (EMP).

Embora já atuantes no mercado internacional, particularmente em apoio as forças norte-americanas, sua presença somente foi assimilada a partir de sua relevante participação na Guerra do Iraque (2003-2011). Nesse conflito, as forças de coalizão, lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA), falharam em planejar os esforços de reconstrução necessários pós queda do regime de Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikriti (1937-2006). Isso proporcionou o desenvolvimento de insurgências que utilizavam a população como suporte para suas necessidades.

Para se contrapor a insurgência, proteger a população local e reconstruir o país, um grande efetivo de tropas era necessário. Como consequência desse cenário formado, a Guerra do Iraque observou uma quantidade sem precedentes de EMP sendo utilizadas em apoio as forças contrainsurgentes a fim de fornecer estabilidade ao país.

Paralelamente, o Exército dos EUA reformulava sua doutrina de contrainsurgência, tendo como uma de suas bases os estudos publicados por David Galula (1919-1967) em 1964.

Assim, sobre o quadro encontrado no Iraque, é oportuno elaborarmos a seguinte questão: o emprego das EMP, em apoio as forças contrainsurgentes no Iraque, teve aderência ao modelo teórico de David Galula considerando, mormente, a variável apoio da população?

Buscando responder a essa questão, o estudo terá como propósito confrontar a teoria de contrainsurgência de David Galula com os resultados do emprego das EMP nas ações contrainsurgentes durante a Guerra do Iraque.

Para atingir tal propósito, o estudo está estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. Após a presente introdução, no segundo capítulo, apresentaremos um breve histórico da vida de Galula e os aspectos selecionados em meio a sua teoria.

Dedicaremos o terceiro capítulo para abordar o papel das EMP durante a Guerra do Iraque, porém com o intuito de ambientar o leitor, precederemos essa abordagem descrevendo o que vem a ser esse grupo e como ocorreu sua evolução ao longo da história.

No quarto capítulo, procuraremos identificar as coincidências e os contrastes verificados entre o modelo teórico e o caso real apresentado, buscando responder à questão proposta nesta pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo, iremos expor as principais conclusões levantadas, recomendando possíveis linhas de pesquisa futuras atinentes ao tema e que não foram investigadas no presente trabalho. Indicaremos também a importância do assunto para a Marinha do Brasil (MB).

Isso posto, passaremos ao estudo do modelo teórico de David Galula que centraliza as ações do contrainsurgente na conquista do apoio da população.

2 A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA SEGUNDO DAVID GALULA

No intuito de fundamentar as reflexões e conclusões no presente estudo, desenvolveremos, neste capítulo, alguns aspectos da teoria de David Galula sobre guerra de contrainsurgência, narrando antes um breve histórico acerca de sua vida com o propósito de demonstrar a origem e evolução de suas ideias e como foram absorvidas pelo campo militar. Posteriormente, exploraremos os conceitos e características de insurgência e contrainsurgência de acordo com o pensamento do autor, seguido das principais condições que o contrainsurgente deve combater para evitar o êxito do insurgente, bem como as leis desenvolvidas por Galula que visam direcionar as ações do contrainsurgente em meio a um conflito.

Cabe destacar que, nesta parte do estudo, o foco principal será a questão do apoio da população, variável que a posteriori será confrontada com os resultados do emprego das EMP em meio a uma guerra de contrainsurgência. Desse modo, veremos a seguir um sucinto histórico da vida e natureza intelectual do teórico.

2.1 David Galula – natureza intelectual e vida

De acordo com Ann Rachel Marlowe (1958-) caso os EUA não tivessem identificado em 2003, por ocasião da Guerra do Iraque, que estavam combatendo uma insurgência, certamente David Galula seria um nome quase esquecido. Seus dois livros, *Pacification in Algeria* (1963)¹ e *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (1964)² deixaram de ser editados há aproximadamente 40 anos. O primeiro não havia sido publicado até que, em 2005, foi classificado como estudo pela *RAND Corporation*³ e publicado no ano seguinte. O segundo, de maior repercussão e base para a pesquisa da teoria de contrainsurgência

¹ “Pacificação na Argélia” (tradução nossa).

² “Guerra de Contrainsurgência: Teoria e Prática” (tradução nossa).

³ A *RAND Corporation* é uma instituição, sem fins lucrativos e partidária, criada em 1948, nos EUA, que ajuda a desenvolver políticas e decisões por meio de pesquisas rigorosas com o objetivo de cooperar a criar comunidades mais seguras e saudáveis pelo mundo (RAND, 2021).

deste estudo, foi o que projetou o nome de Galula, um oficial francês praticamente desconhecido, tornando-o uma das principais fontes norte-americanas da doutrina de contrainsurgência, o que proporcionou, em 2006, o desenvolvimento e lançamento do FM 3-24⁴ pelo Exército dos EUA (MARLOWE, 2010).

O início da vida de David Galula não apresentava indícios de que se tornaria um importante teórico militar. Nascido em janeiro de 1919, proveniente de uma próspera família comerciante judaica de Sfax, Tunísia, era o único homem dentre sete filhos. Sua família obteve a cidadania francesa em 1924 e logo depois foram viver em Casablanca, Marrocos. Sob influência de um oficial do Exército Francês casado com uma de suas tias ou pela percepção de que as finanças de sua família estavam em má situação, Galula decidiu ingressar na Escola Militar Especial de Saint-Cyr, na França, local no qual realizou estudos apreciáveis sobre a história da guerra colonial francesa e veio a formar-se em 1939 (MARLOWE, 2010).

Expulso do Exército Francês pelo Regime de Vichy, em meio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), retornou ao mesmo em novembro de 1942, após os Aliados tomarem Casablanca, vindo a participar das campanhas na Itália e França (MARLOWE, 2010).

Após a guerra, Galula foi selecionado pelo adido militar francês na China, coronel Jacques Guillermaz (1911-1998). Segundo Marlowe (2010), esse processo teria sido um golpe de sorte extraordinário, pois o coronel Guillermaz era um sinologista talentoso, o que proporcionou a Galula um mentor inigualável sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tse-Tung (1893-1976)⁵.

Na China, Galula aprendeu a falar chinês e aperfeiçoou seu inglês. Em 1947, durante viagem ao interior, Galula foi capturado por comunistas chineses. Em meio ao seu cárcere, teve contato com detidos europeus e americanos, além de observar o bom tratamento

⁴ FM 3-24 *Counterinsurgency* é o manual de campanha do Exército dos EUA que estabelece doutrina para as operações militares em um ambiente de contrainsurgência.

⁵ Mao Tsé-Tung foi um líder comunista e teórico revolucionário chinês, fundador e primeiro presidente da República Popular da China (SCHAM, 1998)

recebido e o foco doutrinário dos comunistas na necessidade de ser amigo do povo local. Esse fato despertou em Galula o interesse pelas teorias de Mao, porém abordando-a pela perspectiva do contrainsurgente, ou seja, isolando o insurgente da população (MARLOWE, 2010).

Em 1948, Galula foi designado para trabalhar como observador das Nações Unidas nos Balcãs, local onde observou os últimos meses da Guerra Civil Grega (1946-1949) e pode verificar os princípios da teoria maoísta sendo utilizados fora da China (MARLOWE, 2010).

Em 1951, assumiu de seu mentor a função de adido militar francês em Hong Kong, permanecendo nessa posição até 1956. Nesse intervalo de tempo, Galula começou estudar a Guerra Francesa contra o *Viet Minh* (1946-1954), terceira insurgência que estudou de perto, experiência nada confortável, pois viu 20% de seus amigos de classe de Saint-Cyr morrerem na Indochina. Também pode estudar insurgências na Malásia e nas Filipinas (MARLOWE, 2010).

Em 1956, Galula se ofereceu para lutar na Guerra da Argélia (1954-1962), pois tinha interesse especial nessa luta (relações afetivas), além de se sentir culpado por ter perdido a guerra na Indochina. Reuniu-se novamente a seu mentor, que hora comandava um regimento. Nessa fase da vida, pela primeira vez, liderou homens em batalha e aproveitou seu conhecimento em guerra de guerrilha de Mao e a tradição francesa de guerra colonial para aplicar suas ideias que se centravam na conquista e controle da população. O eventual sucesso de Galula em uma aldeia no norte da Argélia atraiu a atenção de superiores, mas suas ideias criativas acabaram não tendo impacto na guerra que seguiu a dinâmica da política francesa (MARLOWE, 2010).

A partir de 1960, durante uma escalada de interesses pelo assunto de contrainsurgência, Galula acaba passando boa parte do tempo nos EUA, local no qual desenvolveu estudos, escreveu seu primeiro livro, *Pacification in Algeria* (1963), e participou de simpósios e discussões sobre o assunto (MARLOWE, 2010).

Em 1962, após renunciar ao Exército Francês, passou a residir nos EUA e ingressou no Centro para Assuntos Internacionais de Harvard, como pesquisador associado, onde tornou-se amigo íntimo de Henry Kissinger⁶. Contudo, no fim de 1963, ele retornou a Paris indo trabalhar em uma fabricante multinacional de equipamentos radar de longo alcance (MARLOWE, 2010).

Apesar disso, Galula continuou seus estudos na área de insurgência e contrainsurgência. Em 1964, participou de uma conferência no Instituto de Estudos Estratégicos em Londres, cujo resultado foi um ensaio publicado em 1965 denominado *China and a Peace of Ásia*⁷, mas que à época não teve grande atenção, tal como ocorreu com o seu livro *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (1964). Veio a falecer em maio de 1967, aos 48 anos de idade, em virtude de câncer de pulmão (MARLOWE, 2010).

Passados aproximadamente 40 anos, o trabalho de Galula é redescoberto. Na verdade, suas ideias nunca estiveram mortas. Como podemos perceber, possivelmente, só não ganharam a devida atenção no passado, o que faz delas na presente época, face aos inúmeros e constantes movimentos insurgentes altamente mutáveis, uma ferramenta de extremo valor que iremos discorrer a seguir.

2.2 Insurgência e contrainsurgência – conceitos e características

Neste subitem, descreveremos a visão de David Galula sobre a concepção de insurgência e contrainsurgência, suas características e quais os principais meios e preocupações que cada lado possui entorno da defrontação destacando ao fim a substancial importância do apoio da população para ambos.

⁶ Henry Alfred Kissinger (1923-) foi Secretário de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional nos Estados Unidos da América durante os governos de Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977) (WALLENFELDT, 2020).

⁷ “China e um pedaço da Ásia” (tradução nossa).

Em sua obra, Galula (1964) faz inicialmente alusão a guerra revolucionária e expõe sua natureza e características. Segundo o autor a guerra revolucionária consiste em um conflito interno, frequentemente afetada por influências externas, que visa desafiar um poder governante local que detém o controle da administração, da polícia e das forças armadas com o objetivo de tomar o poder ou segregar o país. Neste ponto destacamos que, diferente de uma guerra convencional, na qual ambos os lados podem iniciar o conflito, apenas um lado, no caso o do insurgente, pode iniciar uma guerra revolucionária, pois o contrainsurgente seria apenas um efeito dessa insurgência.

Em seguida, o autor trata de diferenciar três termos que consistem em formas de tomar o poder pela força, são eles: a revolução, o golpe e a insurgência. O primeiro é um movimento espontâneo, não planejado, seria um “acidente”, no qual primeiro as massas se movem para posteriormente os líderes surgirem. O segundo é uma ação clandestina, de caráter breve e repentino, dirigida por um grupo insurgente e que devido as suas características não pode e não envolve as massas. Já o terceiro, a insurgência, é um confronto prolongado administrado sistematicamente, passo a passo, a fim de atingir objetivos que culminem na queda da atual ordem. Embora também não possa ser prevista, a insurgência, diferentemente da revolução e do golpe, não ocorre por acidente, pois seus líderes aparecem antes, elaboram e implementam durante muito tempo⁸ ações que são planejadas cuidadosamente e, assim, passam a movimentar as massas (GALULA, 1964).

Outro ponto importante a se observar é a grande assimetria existente entre ambos os lados em conflito. O contrainsurgente possui uma avassaladora vantagem inicial em quantidade de ativos tangíveis devido aos privilégios normais a um governo estabelecido, tais como: controle da administração (poder executivo, legislativo, judiciário e reconhecimento

⁸ Essa natureza prolongada é imposta ao insurgente por motivo de sua fraqueza inicial, pois leva tempo para um pequeno grupo de líderes insurgentes organizar e desenvolver forças armadas, de modo a alcançar um equilíbrio com o seu oponente (GALULA, 1964).

diplomático), recursos financeiros, industriais e agrícolas, comando das forças policiais e forças armadas, uso e controle dos meios de informação e propaganda, meios de transporte, dentre outros. Essa vantagem inicial também se reflete em uma desvantagem, pois torna o contrainsurgente altamente rígido em face desses mesmos ativos e suas responsabilidades associadas. Em contrapartida, no campo dos ativos intangíveis, o insurgente, que diferente do contrainsurgente por possuir uma maior fluidez devido não ter responsabilidades sobre ativos concretos, tem em mãos um poderoso aliado, o poder ideológico de uma causa, que se bem conduzida tenderá a converter seus ativos intangíveis em concretos (GALULA, 1964).

Diante do exposto, fica evidente que o choque entre ambas as partes consistirá nas tentativas constantes do insurgente em crescer, ganhar força e destruir a ordem imposta pelo contrainsurgente em todo o país. Esse último tentará manter suas forças evitando que sejam reduzidas e impedir que sua responsabilidade intangível seja deteriorada e venha, como em um efeito cascata, despedaçar seus ativos tangíveis (GALULA, 1964).

Podemos observar também como este tipo de conflito é dispendioso para o contrainsurgente e barato, pelo menos inicialmente, para o insurgente.

Galula (1964) menciona como é barato promover a desordem a partir de um simples telefonema avisando de uma bomba plantada em bagagem no horário de pico dos voos de uma companhia aérea, pois interromperia os voos da companhia e afastaria os turistas. Isso ajuda a perturbar a economia, causa insatisfação e com o tempo mina a força da autoridade contrainsurgente que passa a ter gastos altos para prevenir tais atos.

Por fim, em meio a esse choque encontra-se a população, o maior dos ativos e principal objetivo de ambos os contendores segundo Galula (1964), que proverá a seu detentor uma vantagem substancial para a consecução de seus objetivos.

De acordo com Galula (1964), em virtude da assimetria anteriormente mencionada, o insurgente não tem condições e não pode combater o adversário de forma convencional,

buscando destruir suas forças e conquistar terreno. Nessas condições, ele busca conduzir o conflito em um terreno diferente, no qual ele possa equilibrar a assimetria inicialmente existente. Este novo “terreno” é representado pela população, pois o exercício do poder político depende tácita e explicitamente da concordância ou, em último caso, da submissão da mesma.

Face a essa característica do conflito centrado na população, o autor menciona que diferentemente da guerra convencional, na qual os objetivos políticos são definidos e entregues às forças armadas passando as ações militares serem os pontos mais importantes, na oposição entre insurgentes e contrainsurgentes o que se torna mais importante é a interação entre ações políticas e militares. Todo o movimento militar deve ser pesado no que diz respeito aos seus efeitos políticos e vice-versa. Logo, as operações destinadas à conquista da população, por ambos os lados em conflito, são essencialmente de natureza política e devem ser ditadas pela preocupação mais primitiva do ser humano, a segurança. Nesse contexto, o lado que melhor oferecer proteção, o que mais ameaçar e o que apresentar maior probabilidade de vitória tenderá a condicionar a postura da população (GALULA, 1964).

Em seguida, apresentaremos os pré-requisitos para o sucesso de uma insurgência a fim de possibilitar um aprendizado mais robusto sobre os fundamentos que a direcionam e, dessa forma, extrairmos possíveis pontos a serem combatido pelo contrainsurgente.

2.3 Pré-requisitos para o sucesso de uma insurgência – condições a serem combatidas

De acordo com Galula (1964), para o insurgente ter sucesso em seu movimento contra um governo local quatro condições iniciais devem ser atendidas e que, pelo ponto de vista do contrainsurgente, conhecer quais são essas condições permitiria avaliar o quão vulnerável um país seria a uma insurgência.

A primeira condição envolve a formulação de uma causa ou motivação pelo insurgente para dar início a sua campanha. Ela é descrita como uma necessidade básica, algo

com o qual o insurgente se identifica, um ativo excepcional que pode transformar-se gradativamente em algo concreto e que teria relação direta com o apoio da população, pois a melhor causa para o propósito do insurgente seria a que possuísse um maior grau de atratividade junto à população permitindo-lhe recrutar um maior número de apoiadores e repelir o mínimo de oponentes. Além disso, a causa deve ser duradoura, intensa e estar profundamente enraizada, ou seja, deve ser estrategicamente construída a ponto do contrainsurgente não ser capaz de adotá-la, ou caso seja capaz, corra o risco de perder seu poder (GALULA, 1964).

Sua origem, normalmente, remonta a problemas políticos, sociais, econômicos, raciais, religiosos, culturais ou artificiais presentes em uma sociedade e, inicialmente, não necessita expressar-se de forma aguda, cabendo ao insurgente, nesse caso, a tarefa de modificá-la de seu estado latente para um mais intenso (GALULA, 1964).

A segunda condição diz respeito a fraqueza do contrainsurgente. Sobre esse pré-requisito, Galula (1964) expõe a enorme fraqueza inicial do insurgente equiparando-o a um bebê recém-nascido, enquanto o contrainsurgente tem todos os meios as suas mãos. No entanto, deduz que o próprio contrainsurgente é quem possibilita o desenvolvimento de seu oponente e, para isso, o teórico faz uma análise baseada em cinco pontos de força e fraqueza de um regime político a fim de demonstrar o que possibilitaria ou não o desenvolvimento da insurgência.

Os cinco pontos analisados são: ausência de problemas, que está associado a não exposição a causas; consenso nacional, que está ligado a solidez de um regime⁹; determinação da liderança contrainsurgente, que tem relação com a velocidade de resposta a levantes insurgentes; conhecimentos dos líderes sobre a guerra de contrainsurgência; e, por último, a máquina de controle da população, que se manifesta por meio de quatro instrumentos de controle que um Estado possui a sua disposição para combater uma insurgência, quais sejam: a estrutura política, a estrutura burocrática, a polícia e as forças armadas (GALULA, 1964).

⁹ Essa solidez de regime pode ser compreendida como o que se obtém de resposta da população, neste caso, o quanto se obtém de aprovação da mesma (GALULA, 1964).

Cabe destacar nesta ocasião que, dentre os cinco pontos analisados para este pré-requisito, David Galula despende maior parte do tempo discorrendo sobre a máquina de controle da população. O autor refere-se a estrutura política apontando que uma insurgência tem pouquíssimas chances de se desenvolver em países no quais a oposição política não é tolerada e a população é mantida sob um rigoroso sistema de terror e suspeita mútua. Em contrapartida, destaca que no caso oposto, o insurgente encontrará todas as facilidades. Quanto a estrutura burocrática menciona que sua distribuição tem que observar uma proporção com o tamanho do país e sua população a fim de evitar vácuos administrativos dificultando desta forma a ocorrência de insurgências. A respeito das forças policiais as considera um fator chave no início da insurgência, pois são os primeiros a entrarem em contato com os insurgentes, porém, sua eficiência dependerá do seu efetivo, competência de seus membros e lealdade ao seu governo. Enfim, trata das forças armadas frisando aspectos que considera relevantes no caso de combate a movimentos insurgentes. Um desses aspectos se apoia na relação que deve existir entre o efetivo das forças armadas e o tamanho da população do país, já que o conflito é travado pelo controle dessa última. Outro aspecto versa sobre a composição desta força que, para se opor a uma insurgência, deverá se adaptar passando a ser farta em unidades leves e com grande mobilidade, apoiada por helicópteros e aeronaves de transporte diferentemente da composição de uma força em uma guerra convencional que são bem equilibradas e modernas. Nesse aspecto, ainda cabe abordar que, as forças envolvidas requererão sobretudo uma adaptação mental a fim de conduzir suas ações sempre voltadas para captação da população (GALULA, 1964).

A terceira condição para o êxito de uma insurgência explora os fatores geográficos. Segundo Galula (1964), o papel da geografia pode ser predominante em uma insurgência, pois um movimento não sustentado por esse pré-requisito certamente estará condenado ao fracasso antes mesmo de começar.

Interessante observarmos como a questão da população, constantemente, está vinculada aos pré-requisitos, nesse caso, por possuir uma correlação entre quanto maior o território e mais habitantes possuir, pior poderá se dar o controle pelo contrainsurgente (GALULA, 1964).

O apoio externo a uma insurgência vem a ser a quarta e última condição. Esse pré-requisito expressa-se por meio de: apoio moral, que envolve o peso da opinião pública; a mídia que tem na propaganda o seu principal instrumento; apoio político, que está relacionado com pressões aplicadas por um Estado diretamente contra o contrainsurgente ou indiretamente por ação em foro internacional; apoio técnico, por meio de assessoramento ao insurgente na condução de suas ações políticas e militares; apoio financeiro ostensivo ou encoberto; e apoio militar, atuando diretamente ao lado do insurgente ou oferecendo-lhe suporte logístico e treinamento (GALULA, 1964).

Esse apoio externo não é absolutamente necessário no início de uma insurgência conforme Galula (1964). Embora possa ajudar quando disponível, nos momentos iniciais a insurgência tem como característica ser um confronto barato, sendo os meios necessários para sua condução encontrados localmente ou contrabandeados. Entretanto, à medida que a insurgência adquirir força e se expande, chegando a criar um exército regular, passa a ter necessidade de suprimentos muito maiores e variados.

Em suma, é a combinação dessas condições preliminares que determinam se uma insurgência é possível ou não. O entendimento desses pontos é vital, pois nos permite ter uma visão mais ampla do espectro insurgente e abre caminho para que possamos absorver as ideias levantadas por David Galula no que se refere as ações do contrainsurgente, pontos estes, que serão abordados no próximo subitem.

2.4 As leis da guerra de contrainsurgência – o farol para vitória

Neste subitem, apresentaremos as quatro leis a serem adotadas pelo contrainsurgente durante um conflito, conforme a teoria de David Galula. Porém, antes de discorrermos a respeito desses preceitos é necessário contextualizar o momento a partir do qual devem ser aplicados e abordar outros fundamentos que propiciam um melhor entendimento do assunto.

Em sua obra, o autor manifesta que o momento em que as forças armadas recebem a ordem de intervir está estritamente relacionado com uma insurgência que já possui um movimento politicamente organizado, goza de significativa vantagem no campo psicológico, pois explora uma causa que possibilitou o seu desenvolvimento, e que, apesar de suas ações subversivas serem evidentes, opera na clandestinidade. Por outro lado, a confusão prevalece no campo do contrainsurgente, cuja percepção do sentimento de crise está mais concentrada nos círculos governamentais do que entre a população que tem sua lealdade aberta a dúvidas. Sua liderança e política passam a ser questionadas, sua economia começa se deteriorar e suas forças contrainsurgentes estão divididas entre a necessidade de proteger pontos sensíveis, proteger vidas e propriedades e o desejo de localizar forças insurgentes (GALULA, 1964).

Todavia, nessa conjuntura, o teórico concentra-se, essencialmente, no problema militar e suprime os problemas econômicos e políticos com a finalidade de facilitar a abordagem. Com esse quadro geral em mente, David Galula expõe os limites da guerra convencional e identifica como é complexo combater um oponente altamente fluído, de pequenas dimensões, que não tem território e se recusa a lutar por um, visto que a guerra convencional prescreve a conquista do território inimigo e a eliminação de suas forças (GALULA, 1964).

Ademais, Galula (1964) externa que a guerra de insurgência não funciona para o contrainsurgente. Em sua visão, a guerra de insurgência é projetada estritamente para permitir

que o campo afetado com a fraqueza congênita adquira força progressivamente ao mesmo tempo em que luta. Porém, isso não quer dizer que não haja espaço na guerra de contrainsurgência para pequenas operações do tipo comando. Elas podem existir, mas sem representar a principal forma de guerra do contrainsurgente.

Compreendendo que tanto o emprego da guerra convencional como a guerra de insurgência não alcançavam resultados, David Galula chegou à conclusão inevitável de que o contrainsurgente deve adotar uma guerra própria que contemple leis que são peculiares a contrainsurgência (GALULA, 1964). Para isso, passaremos a descrevê-las a seguir.

A primeira lei diz respeito ao apoio da população e quanto o mesmo se faz necessário tanto para o contrainsurgente como para o insurgente. Ela descreve que o ponto crucial do problema do contrainsurgente não vem a ser a forma como realiza a limpeza de uma área, mas como mantê-la permanentemente limpa das forças insurgentes a fim de proporcionar a utilização de seus esforços em uma outra região. Apesar de ser possível dispersar e expulsar as forças insurgentes de uma região por meio de ações militares e eliminar sua organização política mediante ação policial é praticamente impossível evitar o retorno ou reconstrução de suas unidades de guerrilha e células políticas caso o contrainsurgente não conte com o apoio da população (GALULA 1964).

Dessa forma, a população que é fundamental para o insurgente, pois lhe permite desenvolver sua causa, ampliar seus efetivos, obter suprimentos e disponibiliza um ambiente altamente permeável, também passa a ser crítica para o contrainsurgente, tornando-se o objetivo principal para ambas as partes e principal “terreno”, no qual o combate deverá ser conduzido (GALULA, 1964).

Correlacionada diretamente com a anterior, a segunda lei traz que o apoio é adquirido por meio de uma minoria ativa. Essa lei preocupa-se em dar continuidade ao desenvolvimento lógico do pensar do contrainsurgente. Agora o problema é como obter o apoio

da população. Segundo o autor, em qualquer situação, não importa qual a causa, haverá uma minoria ativa pela causa, uma maioria neutra e uma minoria ativa contrária a causa, sendo esta situação válida para qualquer regime político, seja a mais rígida ditadura, seja a mais serena democracia. Sendo assim, cabe ao contrainsurgente identificar, atrair e contar com o apoio da minoria favorável para conquistar, organizar e mobilizar a maioria neutra e eliminar ou neutralizar a minoria desfavorável. Nesse instante, torna-se imprescindível ao contrainsurgente apresentar uma contra causa aceitável que não obtenha apenas o apoio da população na forma de simpatia e aprovação, mas também na participação ativa na luta contra o insurgente. Essa metodologia deve orientar as operações do contrainsurgente em todos os seus seguimentos (GALULA, 1964).

Como resultado da aplicação desta lei, Galula (1964) acredita poder definir a concepção de vitória para o contrainsurgente, traduzindo que a mesma não advém da simples destruição, em uma determinada área, das forças militares e políticas de uma insurgente, pois caso seja destruído, inevitavelmente poderia se reconstituir por elementos remanescentes ou insurgentes de outras áreas, como já mencionado. A sua concepção de vitória traduz-se pelo isolamento permanente do insurgente da população, isolamento não compulsório, mas adquirido e mantido com o apoio da população.

A terceira lei revela que o apoio da população é condicional, logo precisando que sejam cumpridas certas exigências. Dado que a minoria hostil ao insurgente, bem como o restante da população, encontra-se sob o controle do mesmo, seus integrantes estão passivos a um maior volume de ameaças, fato que os torna inativos até que as medidas do contrainsurgente sejam expressas, no mínimo, de uma forma razoável. Inação maior estará presente na maioria neutra que precisará ser convencida de que o contrainsurgente realmente tem a vontade, os meios e a capacidade para vencer (GALULA, 1964).

Segundo o autor, “Quando a vida de um homem está em jogo, é preciso mais do que propaganda para movê-lo” (GALULA, 1964, p.55, tradução nossa).¹⁰ Diante disso, quatro deduções sobre a lei são possíveis: ações políticas efetivas (reformas políticas, sociais, etc.) devem ser precedidas de operações militares e policiais, pois, enquanto o insurgente possuir o controle da população seus efeitos serão ineficazes; o contrainsurgente necessita, o quanto antes, conquistar um êxito expressivo de modo a demonstrar sua determinação e possibilidade de vitória; o contrainsurgente não pode negociar questões de segurança ou seus apoiadores tenderão a migrar para o lado oposto; e em uma contrainsurgência a força é medida pela extensão do apoio da população que pode ser concretizado por meio de uma organização política que venha a emanar todo o seu apoio (GALULA, 1964).

A quarta lei exalta a importância da intensidade dos esforços e amplitude de meios e pessoal nas operações que visam libertar a população do controle insurgente e convencê-la de que o contrainsurgente possui capacidade de vencer. É imperativo que essas condições sejam atendidas, pois estas operações são muito intensas e prolongadas, sendo realizadas, progressivamente, área por área (GALULA, 1964).

Cabe ressaltar que, quanto a amplitude de meios e pessoal, a lei não se limita somente a número, mas também a variedade. Além das adaptações já mencionadas no subitem anterior, as forças contrainsurgentes também tem que realizar uma grande adaptação que envolve o atendimento de uma gama de tarefas não militares, tais como: fazer cumprir regulamentações e implementar reformas econômicas e sociais que devem ser realizadas a fim de obter o apoio da população, devido ausência de agentes públicos confiáveis. Para isso, as forças têm que ser organizadas, equipadas e apoiadas de acordo com as especificidades dessas novas tarefas (GALULA, 1964).

¹⁰ No original em inglês: “*When a man’s life is at stake, it takes more than advertising to budge him*”.

Como podemos observar, as quatro leis elaboradas por David Galula definem explicitamente como a guerra de contrainsurgência é profundamente centrada na população, especificamente, na constante busca de seu apoio. Toda abordagem clássica da guerra convencional é posta de lado passando a força a ser mensurada não mais por meio de fatores tangíveis, como número de divisões e recursos militares ou industriais, mas pelo grau de ativismo da população por ambos os lados. Assim, depreendemos que o contrainsurgente que não observar tais leis tenderá a elevadas chances de insucesso.

2.5 Conclusões parciais

Neste capítulo, realizamos o estudo sobre a teoria de contrainsurgência de David Galula. Contudo, em um primeiro momento, narramos o curso de sua vida apontando, mesmo que de forma sucinta, suas principais experiências com a finalidade de demonstrar todo o seu *know-how*¹¹ e qual sua importância na atualidade, mais especificamente para a comunidade que estuda a “guerra não convencional”, fato esse comprovado pela sua forte influência na doutrina de contrainsurgência dos EUA.

Em seguida, já imerso em sua teoria, observamos os principais conceitos e características envolvidos em uma guerra de contrainsurgência, as condições iniciais necessárias para um insurgente alcançar o êxito e as leis que direcionam o contrainsurgente em suas ações. Durante o desenvolvimento desse conteúdo, constatamos o enorme valor da variável população, particularmente, como sua influência condiciona todo o ambiente do conflito afetando sobremaneira o contrainsurgente que passa a atuar em um ambiente distinto do existente em uma guerra convencional. As forças contrainsurgentes tem que se adaptar a um “terreno”, no

¹¹ De acordo com o dicionário online de português o termo significa “saber como” ou “saber fazer” e define as habilidades adquiridas pela experiência ao longo do tempo, também é conhecido como o saber prático (KNOW-HOW, 2021).

qual a atrição por meios materiais ganha um papel coadjuvante e a verdadeira estrela do espetáculo passa a ser o trabalho de angariar o apoio da população.

Após acompanharmos a vida de David Galula, percebemos que o autor, ao redigir sua obra, construiu sua teoria sobre duas causas principais: o nacionalismo anticolonial e movimentos revolucionários de base comunista. Vindo a falecer em 1967, não pode observar a escala das insurgências ocasionadas por causas étnicas e/ou religiosas e, tão pouco, observar os novos agentes presentes no interior desses conflitos, tais como: grupos humanitários e as EMP, esse último, objeto principal desta pesquisa.

Sendo assim, no capítulo seguinte, desenvolveremos a atuação das EMP nesse meio conflituoso valendo-se, para isso, da Guerra do Iraque¹².

¹² A Guerra do Iraque, também conhecida Segunda Guerra do Golfo, foi um conflito armado que começou em março de 2003, por meio de uma coalizão militar multinacional conduzida pelo EUA sobre alegação que o atual regime político do país, comandado por Saddam Hussein, estava desenvolvendo armas químicas e biológicas (MAGNOLI, 2006).

3 AS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS E A GUERRA DO IRAQUE

Este capítulo tem como objetivo apresentar o papel das EMP em meio a guerra de contrainsurgência. Inicialmente, por conta de não ser um tema tão difundido na esfera militar brasileira, faremos uma breve descrição do que viria a ser esse grupo com posterior desenvolvimento de sua evolução histórica. Em seguida, apresentaremos como essas empresas operam em meio às operações militares, buscando evidenciar seus impactos, principalmente, no que diz respeito à campanha do contrainsurgente em conquistar o apoio da população. Para isso, o trabalho utilizará a Guerra do Iraque como elemento de apoio para levantamento de futuras análises e possíveis conclusões.

3.1 O que são e o que fazem as empresas militares privadas?

Este subitem visa descrever, de forma sucinta, o que vem a ser uma EMP, seus campos de atuação e variadas denominações.

Segundo Peter Warren Singer (1947-), um estudioso versado no assunto, esses grupos são comumente descritos¹³, de forma mais ampla, como corporações profissionais privadas permanentes, hierarquicamente organizadas por meio de negócios legais, cuja estrutura molda-se a uma lógica empresarial, que opera e compete em um mercado aberto (na maioria dos casos) e global, fornecendo serviços diretamente relacionados com conflitos que se enquadram em quatro grandes categorias de suporte externo: apoio logístico, apoio operacional, segurança privada e assessoria e treinamento militar (SINGER, 2008).

Suas denominações variam frequentemente, ora descrevendo grupos que desempenham tarefas similares, ora distinguindo-os em relações aos serviços prestados. No geral, ainda não há uma terminologia bem definida, sendo novos termos e siglas criados

¹³ Não há no âmbito internacional uma definição convencionada do que, realmente, venha a ser uma empresa militar privada (SINGER, 2008).

regularmente. Dentre os termos mais comuns temos: *Private Military Company* (PMC)¹⁴, *Private Security Company* (PSC)¹⁵, *Private Military Firm* (PMF)¹⁶ e *Private Military Security Company* (PMSC)¹⁷ (WILLIAMS, 2008).

Apesar de comumente também serem rotulados como mercenários, há uma corrente que busca diferenciar seus valores e descrevê-los como um novo ator na área de segurança. Segundo Singer (2008), mercenários seriam atores internacionais marginalizados, organizados de maneira temporária ou *ad hoc*¹⁸, cuja atuação se daria de forma independente, clandestina e na sombra da lei.

A falta de clareza em relação ao posicionamento jurídico das EMP, em meios aos conflitos armados, surge como mais um questionamento, mas que não é do interesse direto do presente trabalho. Assim sendo, de posse desses conceitos, podemos avançar no estudo e verificar como se deu a evolução desse novo ator.

3.2 A evolução das empresas militares privadas

De forma genérica, um agente não estatal de violência pode, de início, parecer recente, senão incomum, no contexto do Estado moderno. Embora aparente ser uma novidade, a ação de contratar pessoas de fora para travar batalhas é tão velha quanto a própria guerra, sendo, até mesmo, parte natural dessa. Desde o Antigo Egito à Era Vitoriana, forças externas foram utilizadas. O próprio Estado moderno, uma forma relativamente nova de governança nascida há aproximadamente 400 anos, após a assinatura do Tratado de Vestfália (1648), consolidou o seu poder por meio de fontes militares privadas (SINGER, 2008).

¹⁴ “Empresa Militar Privada (EMP)” (tradução nossa). Termo selecionado como referência para este trabalho.

¹⁵ “Empresa de Segurança Privada (ESP)” (tradução nossa).

¹⁶ “Firma Militar Privada (FMP)” (tradução nossa).

¹⁷ “Empresa Militar de Segurança Privada (EMSP)” (tradução nossa).

¹⁸ De acordo com o dicionário online de português o termo significa “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”. É uma expressão usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina a um fim específico (AD HOC, 2021).

Entretanto, algumas linhas de pensamento acreditam que ideais nacionalistas difundidos pela Revolução Francesa (1789) e Guerras Napoleônicas (1803-1815), possivelmente, fizeram a guerra passar a ser uma questão nacional excluindo, gradativamente, o ente privado à violência (ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2008).

Singer (2008) rebate essa concepção discorrendo sobre a incrível constância de tais atores privados em todas as épocas e que a suposição de que a guerra envolve apenas atores estatais é uma mera idealização. Ao longo da história, os participantes das guerras muitas vezes foram entidades¹⁹ privadas com fins lucrativos e não leais a nenhum governo. Na verdade, o monopólio estatal sobre a violência é a exceção na história, e não a regra. Mesmo no período moderno, quando os Estados começaram a predominar, forças armadas privadas organizadas permaneceram ativas.

Na história, a proliferação de fontes militares privadas coincidiu com os períodos de aumento das condições de instabilidade, o qual inclui extremas mudanças políticas ou redução dos exércitos permanentes nos pós-guerra. Como exemplo, o século XVII foi uma época de transição, quando os governos foram enfraquecidos e as fontes militares ficaram à disposição no mercado aberto. Durante a era seguinte de expansão colonial, entidades comerciais como as Companhias Holandesas e Inglesas das Índias Orientais operaram com poderes quase soberanos, comandando exércitos e marinhas maiores do que os da Europa, negociando seus próprios tratados, governando seu próprio território e até cunhando dinheiro próprio (SINGER, 2008).

Mais recentemente, no século XX, o sistema estatal e o conceito de soberania estatal se expandiram por todo o globo. As normas contra forças militares particulares também começaram a crescer em importância, mas esses atores não deixaram de existir (SINGER,

¹⁹ Essas entidades, em determinadas épocas, consistiam em estrangeiros contratados de forma individual para lutar, em uma linguagem comum, mercenários, e em outros períodos consistiam em grupos militares altamente organizados ao longo de linhas tribais (SINGER, 2008).

2008). Como exemplo, durante a Guerra do Vietnã (1960-1975), podemos observar o aumento do uso de *private contractors*²⁰ que foram contratados para atuar em cinco áreas principais: operações/construção de bases; projetos de construção; operações de transporte marítimo e terrestre; fornecimento de óleo combustível; e manutenção e suporte técnico de aviação e sistemas de alta tecnologia (FRIEDMAN, 2002). Contudo, é a partir da década de 1990 que esse “novo”²¹ ator despertou atenção e gerou intensos debates sobre a venda de serviços e o fenômeno da terceirização (SINGER, 2008).

O fim da Guerra Fria acaba por desencadear diversas modificações que criam um novo espaço e demanda para o estabelecimento de EMP, propiciando, dessa forma, a ascensão do setor. Uma dessas modificações foi o vácuo produzido no mercado de segurança. Sem a pressão oferecida pelas superpotências, uma série de novas ameaças começam a eclodir, muitas envolvendo conflitos étnicos ou internos emergentes. Outra consequência foi a redução dos efetivos militares em todo o mundo, o que resultou em uma grande disponibilidade no mercado internacional de indivíduos capacitados militarmente e que, muitas das vezes, não conseguiram realizar a transição para vida civil. Além disso, um vasto estoque de armas também ficou disponível para aquisição no mercado global. Ao mesmo tempo, os Estados reduziram sua capacidade de responder a muitas das novas ameaças, resultando nos denominados Estados Falidos²² e em novas áreas de instabilidades. Todas essas questões somadas a indisposição de muitos governos não quererem se envolver em conflitos estrangeiros abriram caminho para as EMP preencherem essa lacuna (SINGER, 2008).

²⁰ “Empreiteiros privados” (tradução nossa). Mais uma terminologia utilizada para se referir as EMP.

²¹ Alguns acadêmicos refutam a ideia de que um novo ator surgiu, alegando que eles são meramente mercenários sofisticados, enquanto outros reconhecem as atuais EMP como uma evolução dos atores privados que precisam ser apropriadamente categorizados (SINGER, 2008).

²² Estados que sofrem com o terrorismo, criminalidade, pirataria, insurgências, enfim, com a ilegalidade generalizada e ineficácia do governo (BARMA, 2013).

As EMP de hoje²³ representam a evolução dos atores privados na guerra. O fator analítico crítico é sua forma moderna de negócios corporativos. As EMP são hierarquicamente organizadas em negócios incorporados e registrados que negociam e competem abertamente no mercado internacional, se conectam a participações financeiras externas, recrutam com mais eficiência do que seus antecessores e fornecem uma gama mais ampla de serviços militares a uma maior variedade e número de clientes. A corporatização não só distingue as EMP dos mercenários e outros empreendimentos militares privados do passado, mas também oferece certas vantagens em termos de eficácia²⁴ e eficiência²⁵ (SINGER, 2008).

Nesse novo ambiente, nenhum outro conflito foi tão significativo como a Guerra do Iraque, na qual a quantidade de funcionários das EMP, por determinados momentos, chegou a ultrapassar os efetivos das forças regulares. Essa foi a razão da escolha desse conflito específico para análise das EMP e suas relações com a guerra de contrainsurgência.

3.3 O emprego das empresas militares privadas na Guerra do Iraque

O presente subitem visa investigar a utilização das EMP na Guerra do Iraque e suscitar quais os impactos que a contratação e desenvolvimento de seus serviços ocasionaram em meio a uma guerra de contrainsurgência. Para tanto, inicialmente, faremos um breve relato do que foi a Guerra do Iraque buscando apresentar os motivos da escala de emprego das EMP e, em seguida, abordaremos os impactos da utilização das EMP em meio a esse conflito, particularmente, no que tange a variável apoio da população.

²³ A primeira EMP, no formato corporativo e registrada oficialmente, é datada de 1967 a partir da fundação da Watchguard International Ltd, que empregava ex-forças especiais britânicos para treinamento militar em outros países (SCHREIER e CAPARINI, 2005).

²⁴ Para este trabalho entendido como característica do que produz os efeitos esperados.

²⁵ Para este trabalho entendido como a capacidade de realizar tarefas ou trabalhos de modo eficaz e com o mínimo de desperdício.

3.3.1 A Guerra do Iraque: um breve histórico

Diferentemente da Primeira Guerra do Golfo (1991), que se iniciou com a invasão do Kuwait pelo Iraque e faz parte de um período no qual a preocupação estratégica das potências envolvidas foi conter atores locais, a Guerra do Iraque, iniciada com o avanço das operações militares de combate ao terrorismo conduzidas pelo presidente George W. Bush (1946-), em virtude dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, era parte da estratégia norte-americana de redesenhar o mapa político do Oriente Médio (MAGNOLI, 2006).

A primeira guerra, conflagrada entre janeiro e março de 1991, provou como o peso da tecnologia favorece decisivamente os exércitos “ocidentais” numa guerra convencional. O emprego dos principais elementos da revolução da informação para a condução das operações permitiu que os norte-americanos testassem a doutrina militar de informação em tempo real. Nesse ponto, cabe destacar a relevante integração dos diversos sistemas de armas, poder aéreo da coalizão e o uso preciso das “armas inteligentes” (MAGNOLI, 2006).

À revolução da informação seguiu-se uma revolução na doutrina militar norte-americana. Em 2003, as operações desenvolvidas na Guerra do Iraque estavam destinadas a transformar-se em uma vitrine, do ponto de vista do neoconservador Donald Henry Rumsfeld (1932-)²⁶, da otimização do emprego de recursos (humanos e materiais) em relação a conflitos anteriores (MAGNOLI, 2006).

Os EUA invadiram o Iraque tendo como justificativa principal a necessidade de evitar que Saddam Hussein chegasse a possuir armas de destruição em massa (MAGNOLI, 2006). Em 20 de março de 2003, lançaram a *Operation Iraqi Freedom* (OIF)²⁷, que exibiu uma

²⁶ Donald Henry Rumsfeld, político americano, exerceu vários cargos em sua vida pública, dos quais destacam-se: Secretário de Defesa dos EUA no governo de Gerald Ford, entre 1975 e 1977, e no governo de George W. Bush, entre 2001 e 2006. Na segunda ocasião, foi responsável por dirigir as ações em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (Operação Liberdade Duradoura no Afeganistão e a Operação Liberdade do Iraque). Além de sua vida pública, cabe destacar sua atuação a frente de EMP, sempre em posições de chefia (TIKKANEN, 2007).

²⁷ “Operação Liberdade do Iraque” (tradução nossa).

extraordinária capacidade tecnológica e destreza profissional das forças armadas dos EUA no combate convencional (LONG, 2006).

O efetivo empregado diretamente na operação, cerca de 150 mil homens em oposição aos 500 mil utilizados da Primeira Guerra do Golfo, seria pequeno para as tarefas que se seguiram à queda do regime, mas suficiente para desestruturar em algumas horas a resistência iraquiana (MAGNOLI, 2006).

O avanço rumo a Bagdá não encontrou qualquer tipo de resistência organizada. As principais unidades iraquianas simplesmente se dissolveram e não apareceram como grupos constituídos somente oferecendo combates esporádicos. Em cidade alguma, os iraquianos buscaram travar uma guerra urbana. A principal batalha urbana que os norte-americanos travariam só viria a ocorrer em 2004, na cidade de Fallujah, a 60 Km de Bagdá, notória pela concentração de insurgentes contrários à ocupação (MAGNOLI, 2006).

A conquista de Bagdá pelos norte-americanos deu-se de forma rápida, porém ao fim do aparato de repressão de Saddam Hussein seguiu-se uma política tímida e desacertada de manutenção da ordem. Passado um ano após o término do regime de Saddam Hussein, os EUA apresentavam-se incapaz de controlar a região. Suas tropas, apesar de aprestadas para operações de combate, mostraram-se despreparadas para lidar com a população civil. A capital e muitas outras cidades mergulharam no caos (MAGNOLI, 2006).

A aparente “vitória” rápida revela-se uma ilusão. Baseado na doutrina Rumsfeld, a utilização da tecnologia no lugar de tropas convencionais permitiu uma consistente organização de insurgentes que passaram a retaliar as ações dos EUA (LEWIS, 2018). Nesse sentido, pode-se dizer que a Guerra do Iraque foi dividida em dois momentos: invasão e queda do regime de Saddam Hussein (guerra convencional); e combate aos insurgentes na tentativa de reconstruir o Iraque em meio aos ideais democráticos (guerra de contrainsurgência) (SHIMKO, 2010).

Nessa nova fase do conflito, a alta demanda por tropas ocasionou o envio de um maior número de soldados, mais especificamente funcionários de EMP por meio de contratos de prestação de serviços (LEWIS, 2018). Desse modo, a Guerra do Iraque apresentou-se como o conflito de maior grau de envolvimento das EMP em toda a história.

3.3.2 As empresas militares privadas e a guerra de contrainsurgência no Iraque

As mudanças provenientes no cenário mundial no pós Guerra Fria e o avanço de novas tecnologias, que propiciaram uma revolução no campo da informação, orientaram os norte-americanos a uma nova forma de conduzir os temas de guerra.

Antes mesmo da eclosão da Guerra do Iraque, Donald Rumsfeld e Richard Bruce Cheney (1941-)²⁸, dois neoconservadores do alto escalão do governo dos EUA, tinham como objetivo desburocratizar a máquina militar por meio da terceirização de serviços militares, durante os conflitos armados, estabelecendo a contratação de forças privadas como uma das bases da doutrina dos EUA (SCAHILL, 2008).

Todos esses pontos, somados à evolução do ambiente operacional posterior a queda do regime de Saddam Hussein, criaram um ambiente propício ao emprego das EMP em meio a Guerra do Iraque. Assim, este subitem buscará apresentar quais foram os impactos do emprego das EMP em meio ao segundo momento da Guerra do Iraque (guerra de contrainsurgência), particularmente, no que diz respeito ao apoio da população.

As EMP foram reconhecidas não apenas por fornecer um aumento de tropas conforme e quando necessário, mas também por oferecer uma variedade de habilidades e serviços que, quando usados corretamente, podiam resultar em vantagens significativas para as forças contrainsurgentes na promoção de campanhas de "corações e mentes" (JHONES, 2012).

²⁸ Richard Bruce Cheney, político e empresário americano, exerceu vários cargos em sua vida pública, dos quais destacam-se: Secretário de Defesa dos EUA no governo de Gerald H. W. Bush, entre 1989 e 1993, e vice-presidente no governo de George W. Bush, entre 2001 e 2009, no qual atuou como um dos principais proponentes da Operação Liberdade do Iraque (LOTHA, 2019).

No Iraque, os maiores clientes das EMP foram o *Department of Defense (DoD)*²⁹, *Department of State (DoS)*³⁰ e o *U.S. Agency for International Development (USAID)*³¹. Contudo, jornalistas, empresas de engenharia, organizações não governamentais (ONG) e outras agências governamentais dos EUA também os veem como uma escolha lógica para atender às suas necessidades, principalmente, na área de segurança (COTTON *et al.*, 2010).

O efetivo de contratados, entre 2003 e 2009, independente do serviço prestado (segurança armada, apoio logístico, reconstrução, manutenção de base, etc.), foram próximos e, às vezes, ultrapassaram o número de militares dos EUA no país. Por exemplo, em 2007, havia 190.000 empregados das EMP (armados e desarmados) em comparação com 160.000 soldados dos EUA. O gráfico, a seguir, sintetiza bem essa evolução para o período abordado (COTTON *et al.*, 2010).

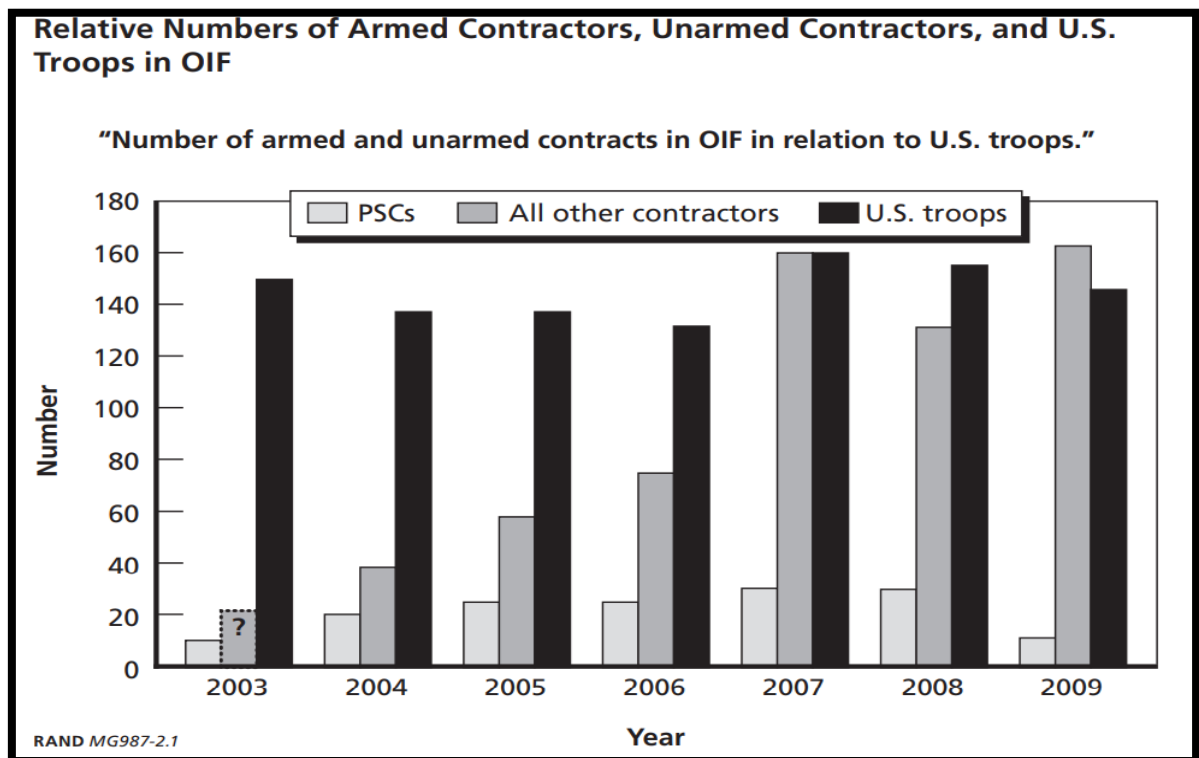


GRÁFICO 1 – Evolução do efetivo das EMP (armados e desarmados) na Guerra do Iraque.
Fonte: COTTON *et al.*, 2010, p. 13.

²⁹ “Departamento de Defesa dos EUA” (tradução nossa).

³⁰ “Departamento de Estado dos EUA” (tradução nossa).

³¹ “Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional” (tradução nossa).

Para o DoS, as EMP executaram uma variedade de tarefas de segurança das quais se destacam: a proteção de chefes de estado estrangeiros e a segurança estática das instalações da embaixada dos EUA (COTTON *et al.*, 2010).

Os militares dos EUA usaram as EMP para diversas funções na OIF, das quais merecem destaque: segurança estática (segurança de dezenas de bases dos EUA em todo o Iraque); segurança de comboio (não militares e em alguns casos militares); segurança privada (autoridades e/ou materiais sensíveis); força de proteção (em auxílio a tropas regulares, como no caso da proteção ao Corpo de Engenharia do Exército); e em operações de reconstrução (como exemplo, em junho de 2004, a empresa Aegis Defense Services³² foi contratada para operar o *Reconstruction Operations Center (ROC)*³³, centro responsável por coordenar as operações militares e atividades realizadas pelas EMP no Iraque) (COTTON *et al.*, 2010).

Quanto ao fornecimento de segurança para ONG e outros atores humanitários, as EMP desempenham um papel vital nas operações de contrainsurgência, pois ao oferecer tal serviço diminuem os recursos empregados pelas forças militares ao mesmo tempo que garantem a entrega de ajuda e a continuidade dos esforços de reconstrução na região. Esses grupos precisam chegar às populações locais para fornecer ajuda ou concluir projetos de reconstrução, mas podem ser impedidos devido à ameaça de violência. No Iraque, as EMP permitiram que os profissionais das ONG e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tivessem uma passagem segura ao entregar ajuda em todo o país. Isso teve um impacto positivo à medida que as populações locais aprovaram os esforços realizados para fornecer estabilidade e apoio. Além disso, as EMP também foram contratadas para fornecer diretamente ajuda humanitária, assumindo tarefas de reconstrução de escolas, hospitais, fornecimento de água e energia elétrica, bem como distribuição de vacinas e alimentos (JHONES, 2012).

³² A contratação da Aegis tinha o propósito de melhorar a coordenação entre as operações militares e as atividades realizadas pelas EMP a fim de evitar incidentes como os ocorridos em Fallujah e Abu Ghraib, em 2014 (SCAHILL, 2008).

³³ “Centro de Operações de Reconstrução” (tradução nossa).

A combinação de civis e militares, que ficou conhecida como *Provincial Reconstruction Team* (PRT)³⁴, ofereceram um grau de legitimidade junto à população que as forças insurgentes não conseguiram, pois não podiam contar com fontes civis para fornecer serviços (LONG, 2006).

Além dos já mencionados, os militares dos EUA também empregaram as EMP pra treinar cidadãos locais no policiamento e em tarefas militares. Esse processo, conhecido como *Security Sector Reform Program*³⁵, é fundamental para a campanha de contrainsurgência, pois permite que o governo reinstale autoridade e legitimidade em todo o país ao mesmo tempo que estimula a população a retornar à normalidade e a torna mais propensa a apoiar as forças contrainsurgentes (JHONES, 2012).

Outro aspecto que favoreceu as forças contrainsurgentes foram as capacidades técnicas e experiências dos funcionários das EMP. No Iraque, estes funcionários ajudaram a fornecer suporte operacional e de manutenção necessários para sistemas de armas de ponta. Aeronaves de reconhecimento U-2, bombardeiros *stealth* B-2, caças *stealth* F-117, RQ-4 *Global Hawks*, UAV (*Unmanned Aerial Vehicle*), tanques M-1 e helicópteros *Apache* são exemplos (WILLIAMS, 2008). A terceirização desses serviços pôde aliviar o estresse e a pressão sobre um componente militar já extenuado. Esse fato tende a reduzir a margem de erro atribuída às falhas humanas e, conseqüentemente, diminuir os danos colaterais que podem vir atingir a população (JHONES, 2012).

Ainda na mesma linha de raciocínio, indivíduos que trabalham para EMP podem disponibilizar uma riqueza de habilidades e benefícios para uma campanha de contrainsurgência. Muitos contratados são ex-forças especiais, portanto, têm experiência em operar entre as pessoas, treinamento de combate especializado, habilidades linguísticas

³⁴ “Equipe de Reconstrução Provincial” (tradução nossa) foi uma unidade criada pelos EUA com o propósito de apoiar os esforços de reconstrução no Iraque e Afeganistão. Composta de militares, diplomatas e civis especializados em reconstrução, foram implementadas no Iraque a partir de 2005 (JHONES, 2012).

³⁵ “Programa de Reforma do Setor de Segurança” (tradução nossa).

desejáveis e consciência cultural. Em adição, a diversidade de EMP e suas composições multiculturais (incluindo cidadãos do país onde operam) podem produzir uma maior consciência e conhecimento cultural da região onde atuam. Assim, é mais provável que a população apoie e se comunique com alguém que compartilhe uma visão cultural ou aparência nacional semelhante (SINGER, 2007).

Na Guerra do Iraque, esse aspecto das EMP foi pouco explorado no início. Os militares foram criticados, em diversas ocasiões, por sua falta de compreensão cultural, seja pela ofensa às culturas locais, seja pelo fracasso ao tentar interagir com a população (problema de idiomas). Contudo, registros dão conta que em 2011, de aproximadamente 90.000 contratados, 20.000 eram cidadãos dos EUA, 24.000 eram de outros países e 46.000 eram cidadãos iraquianos (JHONES 2012).

A capacidade de relacionar-se com a população e compreender seus costumes, cultura e valores, é um fator crítico na tentativa de reunir dados de inteligência. As campanhas de contrainsurgência no Iraque viram uma dependência excessiva de fontes tecnológicas ao coletar esses dados. Como as EMP, em boa parte do tempo, operam em meio a população e muitos de seus funcionários não usam uniformes, elas estão mais sujeitas à coleta de dados provenientes de fontes humanas em prol das forças contrainsurgentes. Esse aspecto positivo das EMP foi pouco explorado durante o Iraque, muito por conta da falta de uma maior coesão com os militares. Porém, não podemos deixar de mencionar que, desde meados de 2003, algumas EMP estiveram envolvidas nas operações de inteligência por meio de serviços de tradução, coleta e análise de informações e emprego de intérpretes (inclusive nos interrogatórios em prisões) (JHONES, 2012).

Essa falta de coesão, mencionado anteriormente, pode ter entre seus motivos a descontinuidade que as forças de contrainsurgência sofriam. Diferente das EMP, as forças militares no Iraque revezavam-se em média a cada 12 meses. Essa rotação tinha implicações

no combate a insurgência e, principalmente, no relacionamento com a população que tinha que ser novamente forjado por militares recém-chegados ao país. Nesse ponto, as EMP eram mais eficientes, pois seus contratos geralmente compreendiam um longo período, numa mesma posição, o que permitia a seus contratados constituir um melhor relacionamento com a população local (JHONES, 2012).

Podemos perceber que as EMP se tornaram um importante ator nos esforços das forças contrainsurgentes no Iraque. Contudo, outros aspectos ajudaram a moldar o curso da ocupação ou repercutiram negativamente em meio ao combate aos insurgentes. Isso pode ser constatado a partir da Batalha de Fallujah que passou a chamar atenção da opinião pública quanto a utilização de EMP no Iraque e foi um momento marcante do conflito (SINGER, 2007).

Em março de 2004, quatro contratados da empresa Blackwater³⁶ foram emboscados por um grupo insurgente, enquanto dirigiam pela cidade de Fallujah. Após a ação, os contratados tiveram seus corpos queimados, mutilados e, por fim, pendurados em uma ponte sobre o rio Eufrates. Rapidamente, a notícia foi disseminada pelo mundo, provocando uma reação das lideranças dos EUA que condenaram a brutalidade do ataque e implicou, cindo dias após, na primeira investida à cidade iraquiana durante a Guerra do Iraque (SCAHILL, 2008).

Em abril de 2004, contratados das EMP foram implicados em um outro evento de grande repercussão. O vazamento de fotos e vídeos, que revelavam abusos cometidos contra prisioneiros na prisão de Abu Ghraib em Bagdá, envolveu, além de militares, quatro interrogadores civis de EMP. Todos foram acusados de cometer torturas e humilhar os presos iraquianos. Mais uma vez as EMP passam a atrair a atenção da opinião pública sobre o seu crescente papel no Iraque (SINGER, 2007).

³⁶ A empresa foi renomeada Xe Services, em 2009. Em 2011, passou atender pelo nome de Academi LLC e desde 2014 foi incorporada em uma nova empresa denominada Constellis Holdings (ACADEMI, 2019).

De uma forma geral, a contratação de EMP apresentou um certo descontrole³⁷ no Iraque. Nem os militares dos EUA, nem o DoS pareciam ter conhecimento da amplitude e consequências de seus serviços que, por vezes, teve um efeito adverso, como já apontado. Há muitos relatos sobre ações de EMP cometendo abusos de poder contra a população iraquiana, em particular, as que prestam serviço de segurança privada (COTTON *et al.*, 2010).

Outro incidente, que também consta entre os mais conhecidos, foi o da Praça Nissour, em setembro de 2007, no qual funcionários armados da Blackwater mataram 17 iraquianos. Existem relatos conflitantes sobre se os guardas da Blackwater realmente ficaram sob fogo hostil de insurgentes e agiram em autodefesa ou se haviam disparado indiscriminadamente em um assalto não provocado. Investigações dão conta que o incidente teria ocorrido de acordo com a segunda hipótese. Em outro caso registrado de 2006, contratados da Triple Canopy teriam atirado e matado civis sem motivo aparente, a não ser “por esporte” (COTTON *et al.*, 2010).

Como resultado, militares dos EUA frequentemente expressavam suas frustrações em compartilhar o campo de batalha com tais forças privadas operando sob suas próprias regras e se preocupavam com as consequências para as operações, pois esses incidentes prejudicavam o esforço geral de contrainsurgência para conquistar a lealdade da população local. Em 2005, o Brigadeiro General Karl R. Horst (1952-)³⁸ já alertava sobre esse problema de conduta dos funcionários das EMP. Em seu setor de responsabilidade, ele contabilizou doze tiroteios e pelo menos seis mortes de civis iraquianos em um período de dois meses. O General expressou:

Esses caras [funcionários privados] correm soltos neste país e fazem coisas estúpidas. Não há autoridade sobre eles, então você não pode atacá-los duramente quando eles aumentam a força. Eles atiram nas

³⁷ O número de contratos em vigor e de EMP era impreciso, principalmente, por causa das subcontratações que as próprias EMP realizavam para complementar seus serviços (JHONES, 2012).

³⁸ Subcomandante da 3ª Divisão de Infantaria dos EUA, responsável pela segurança na área de Bagdá a época (SINGER, 2007).

pessoas, e outra pessoa tem que lidar com as consequências (citado por SINGER, 2007, p.8, tradução nossa).³⁹

Embora os incidentes, como o de Abu Ghraib, da Praça Nisour e o envolvendo contratados da Triple Canopy, tenham sido casos excepcionalmente extremos de abuso de poder por contratados de segurança privada, casos menos extremos também foram relatados. Levantamentos afirmam que alguns funcionários armados, ao conduzirem escoltas privadas, empregavam táticas agressivas a fim de repelir ameaças em potencial, por exemplo, dirigir do lado errado da estrada e realizar disparos de advertência (SINGER, 2007). Relatos semelhantes descrevem que esses funcionários forçavam os iraquianos a saírem das estradas, enquanto dirigiam de maneira imprudente (MONTAGNE e TEMPLE-RASTON, 2007).

Os danos causados por tais supostos abusos de poder por funcionários das EMP, realizados com impunidade, aparentemente vão muito além de promover uma visão obscura das próprias EMP entre os iraquianos. Extrapolando suas experiências com essas empresas, os cidadãos iraquianos podem ter uma visão negativa de toda a ocupação militar. De acordo com notícias da mídia e entrevistas a populares, o ressentimento ocorre principalmente porque os civis iraquianos não distinguem entre os funcionários das EMP e os militares dos EUA ou das forças da coalizão no Iraque, vendo todos como parte de uma mesma força de ocupação (MONTAGNE e TEMPLE-RASTON, 2007).

Todavia, existe outra perspectiva sobre a conduta das EMP. De acordo com a USAID, embora mais à exceção do que à regra, certas empresas que prestavam serviço de segurança privada, tais como a Kroll, foram capazes de ser flexíveis em seus procedimentos e manter um “baixo perfil” entre os civis locais (COTTON *et al.*, 2010).

Mesmo assim, o DoS acrescenta uma outra perspectiva valiosa as percepções militares ao considerar o debate em torno do comportamento das EMP que prestam serviço de

³⁹ Texto original em inglês: “*These guys [i.e., armed contractors] run loose in this country and do stupid stuff. There’s no authority over them, so you can’t come down on them hard when they escalate force. They shoot people, and someone else has to deal with the aftermath*”.

segurança privada e seu efeito potencial sobre como os iraquianos veem a força de ocupação. Em um levantamento realizado em 2009, quase 50% do pessoal diplomático, que interagiu com funcionários armados das EMP, consideraram que os mesmos não demonstram compreensão e sensibilidade para com os iraquianos, sua cultura, leis locais e internacionais (COTTON *et al.*, 2010).

Após o incidente na Praça Nisour em setembro de 2007, o DoS e DoD tomaram medidas para melhorar a supervisão das EMP. Os comandantes militares passaram a investigar e perseguir qualquer irregularidade realizadas por funcionários das EMP e o DoS passou a exigir câmeras em veículos das EMP, bem como incorporou seu pessoal para acompanhar as atividades das EMP contratadas. Além disso, em outubro de 2007, o Pentágono anunciou que os militares iriam melhorar a supervisão sobre a coordenação, movimentação e treinamento de vários grupos armados no teatro de operações. Apesar do pensamento pessimista sobre as medidas implementadas, em 2009, um relatório da Comissão de Contratos de Guerra no Iraque e Afeganistão apresentou um declínio significativo, entre 2007 e 2009, em incidentes de força letal envolvendo as EMP e a população iraquiana (COTTON *et al.*, 2010).

Esses incidentes e as características dos funcionários das EMP nos remetem, novamente, a questão da falta de coesão entre militares e as EMP.

Na Guerra do Iraque era perceptível uma certa hostilidade entre os dois grupos que tinha origens em questões financeiras (altos salários recebidos por contratados), tempo e ambiente de trabalho (contratados, por vezes, podiam escolher a área de atuação) e um sentimento de amadorismo perpetuado pelos militares quanto aos contratados (JHONES, 2012).

Além disso, críticos argumentavam que as EMP só se preocupavam com as tarefas para as quais foram contratadas e tinham pouca consideração pela operação mais ampla, ou seja, seus objetivos operacionais eram distintos (SINGER, 2007).

O Iraque ilustrou que uma pobre relação entre os dois grupos pode prejudicar a população local. A falta de uma frente única acrescentou uma maior confusão a já complexa contrainsurgência, alimentou uma insegurança entre a população, empurrando-a para mais perto dos insurgentes, e responsabilizou as forças contrainsurgentes pelos atos errados cometidos pelas EMP (JHONES, 2012).

Outro ponto relacionado a esse contexto, mais especificamente sobre o cumprimento de tarefas pelas EMP, advém das ocasiões em que os serviços contratados não foram realizados integralmente (abandono) ou como foram realizados. No primeiro caso, o abandono de missões pelas EMP acabou deixando sobras de uma considerável quantidade de suprimentos (medicamentos, barracas, material de manutenção, veículos com pequenos problemas de mecânicos, dentre outros) o que ajudava a impulsionar as forças insurgentes e, conseqüentemente, criavam complicações para as forças contrainsurgentes. No segundo caso, como exemplo, podemos citar o envolvimento de cidadãos iraquianos que trabalhavam para EMP e foram acusados de realizar pagamentos a insurgentes a fim de assegurar uma passagem segura por determinadas regiões e poder, assim, completar suas missões com sucesso. Nesses casos, no lugar de ajudar a conter a insurgência, as EMP participam de ações que estão alimentando a força e as capacidades do inimigo (JHONES, 2012).

Por fim, mas não querendo esgotar todos os possíveis impactos gerados pelas EMP, Jhones (2012) acrescenta que essas empresas também foram acusadas de fornecer falsos resultados do treinamento do exército e das forças policiais local aos militares, o que dificultou uma compreensão realista da evolução da reconstrução do Iraque, levando a avaliações imprecisas que poderiam afetar a operação como um todo.

3.4 Conclusões parciais

Neste capítulo, podemos observar o que são as EMP, entender de forma inicial a sua evolução e verificar as principais causas que a tornaram um ator de grande importância durante a Guerra do Iraque.

Percebemos como é diverso e valioso o apoio que as EMP proporcionam as forças contrainsurgentes. Seu caráter multiplicador, além de atuar direta e indiretamente na reconstrução de um Estado degradado, permite que as forças regulares possam se dedicar diretamente à guerra de contrainsurgência e, dessa forma, tenham condições de melhor desenvolver uma campanha de “corações e mentes”. Entretanto, também constatamos como a falta de comprometimento e a conduta dos integrantes das EMP podem vir a deteriorar todos os esforços já realizados, principalmente, quanto a conquista de apoio da população.

Diante disso, seguiremos para o próximo capítulo a fim de avaliarmos se o emprego das EMP na Guerra do Iraque teve aderência a teoria de David Galula expressa no capítulo 2.

4 A TEORIA DE GALULA E O EMPREGO DAS EMP NA GUERRA DO IRAQUE

Neste capítulo, pretendemos responder ao questionamento desta presente dissertação e, para isso, realizaremos um confronto entre a teoria desenvolvida por David Galula, apresentada no capítulo 2, e o emprego das EMP na Guerra do Iraque, apresentado no capítulo anterior, com a finalidade de verificarmos se as EMP seguiram ou não os aspectos da guerra de contrainsurgência abordado pelo teórico, particularmente, no que se refere a variável apoio da população.

4.1 A contrainsurgência de Galula e os efeitos das EMP no Iraque

Neste subitem, analisaremos a relação dos aspectos selecionados da teoria de David Galula com os impactos ocasionados pelo emprego das EMP na Guerra do Iraque. Para tal, inicialmente, faremos uma comparação dos aspectos teóricos com os efeitos “positivos” das EMP na Guerra do Iraque. Posteriormente, faremos a comparação com os efeitos “negativos” e, por fim, congregaremos ambos resultados no intuito de avaliarmos a real aderência a teoria.

Como podemos observar no capítulo anterior, na Guerra do Iraque, as EMP foram reconhecidas não somente por fornecer um aumento do efetivo de tropas, mas também por disponibilizar uma variedade de habilidades e serviços que ampliavam as vantagens das forças contrainsurgentes. Serviços, como o de segurança privada, permitiram que ONG, outros atores humanitários, agências governamentais dos EUA, empresas de engenharia e as próprias forças contrainsurgentes pudessem se dedicar diretamente as suas atividades, contribuindo no esforço de reconstrução do país. Esse aspecto das EMP possui uma forte ligação com os pontos abordados na teoria uma vez que possibilitaram outros atores a atuarem na reconstrução do país de forma mais eficiente, pois livraram estes da preocupação de insegurança e, em alguns casos, diminuíram a carga de trabalho dos mesmos, favorecendo uma maior aproximação e apoio da

população, objetivo crítico para o contrainsurgente, conforme previsto na primeira lei desenvolvida por Galula.

Ainda imerso nesse contexto, no Iraque, as EMP desenvolveram também ações diretas sobre esse “terreno”. Por meio de contratos que envolviam o fornecimento de ajuda humanitária, reconstrução de hospitais e escolas, contratação de cidadãos locais para trabalhar em prol da reconstrução do país, bem como o treinamento de cidadãos locais para realizar tarefas de policiamento e atividades militares, essas empresas possuíam uma enorme inserção junto à população. Esse aspecto não só contribui com os esforços na busca pelo apoio da população, conforme previsto na primeira lei, como corrobora com a teoria de Galula no que diz respeito a vitória do contrainsurgente por meio do isolamento permanente do insurgente da população.

De forma implícita, igualmente podemos verificar uma certa adesão à segunda lei de Galula quando associamos essas ações diretas à busca do apoio de uma minoria ativa no combate à causa do insurgente. Ao contratar cidadãos locais para trabalhos diversos e realizar treinamentos para forças de segurança em prol do país, as EMP estão obtendo esse apoio, não apenas por simpatia e aprovação, mas sim, na forma de participação ativa na luta contra o insurgente. Assim, as EMP se apresentaram como uma forma, um caminho, mediante o qual as forças contrainsurgentes podem identificar e atrair essa fração da população, que conforme a teoria, possibilitaria a mobilização de uma maioria neutra e a eliminação ou neutralização da minoria desfavorável.

Essas empresas também proporcionaram a idealização de projetos, como o PRT, lançados a partir de 2005, que emanavam toda força do contrainsurgente direcionados aos esforços de reconstrução do país. Essas unidades constituídas de militares, diplomatas, e é claro, das EMP, por meio de seus funcionários, demonstraram a determinação e a possibilidade do contrainsurgente em alcançar a vitória, pois, como ressaltado no capítulo anterior, ofereceram

um elevado grau de legitimidade junto à população que as forças insurgentes não conseguiram alcançar. Essa questão, novamente retrata a relação das empresas privadas à teoria de Galula, especialmente a terceira lei, que enfatiza a necessidade da população, principalmente a maioria neutra, ser convencida de que o contrainsurgente possui a vontade, os meios e a capacidade de vencer.

Em comparação à teoria, as EMP surgem como um novo ativo tangível dentre os diversos, inicialmente, já existente ao contrainsurgente, porém, aparentemente, não enrijecendo a força contrainsurgente, mas tornando-a mais flexível, um pouco mais fluída, fruto da disponibilidade de diversas habilidades e serviços ofertados. Ademais, a alta terceirização de serviços permite enxugar os gastos que seriam mais dispendiosos, no caso do emprego de forças regulares.

Apesar de serem dois contrapontos iniciais à teoria, ambos estão mesclados a outro marco da utilização das EMP no Iraque, que muito se relaciona com a quarta lei de Galula, a qual exalta a importância da intensidade dos esforços e amplitude de meios e pessoal em meio as operações que visam libertar a população do controle do insurgente. Esse marco é destacado pelo fato de a Guerra do Iraque ter registrado o maior grau de envolvimento das EMP em toda história. Como testemunhamos, seus efetivos, por vezes, ultrapassaram os das forças regulares envolvidas no conflito, o que constata a grande intensidade de esforços aplicada por esse tipo de ativo. Sua diversidade de meios e pessoal alinham-se perfeitamente à quarta lei de Galula, na medida em que, além de oferecerem volume, podem atender a uma gama de tarefas não militares a fim de obter o apoio da população. Como vimos, muitos de seus funcionários podem trabalhar por longos períodos de tempo sem serem substituídos, o que não acarreta descontinuidade nas relações com a população, bem como pode contribuir para uma relação mais sólida, pois muitos possuem experiências linguísticas e consciência cultural, características fundamentais na relação com a população.

A Guerra do Iraque foi um verdadeiro laboratório para as EMP. Inúmeros foram os benefícios prestados por esse novo ativo tangível. Contudo, sua imagem também foi bastante degradada, muita das vezes, por conta de atitudes isoladas de seus funcionários.

Particularmente, todos os casos de repercussão negativa envolvendo as EMP no Iraque reverberaram na campanha de “corações e mentes” desenvolvidas pelas forças contrainsurgentes e se chocaram com a teoria concebida por David Galula, que tem a guerra de contrainsurgência centrada na população.

Incidentes extremos e de grande repercussão como o de Abu Ghraib e o da Praça Nisour, e mesmo os de menores vultos, envolvendo abuso de poder e mal tratos contra a população, podem comprometer significativamente todos os esforços contrainsurgentes. Esses incidentes são a antítese do que é pregado em toda teoria de Galula, em especial as quatro leis da guerra de contrainsurgência, pois mutilam aquele elemento que deveria ser visto como objetivo principal, ou seja, a população.

Essas consequências ficam claras quando retratado que os cidadãos iraquianos não diferenciavam as tropas regulares das EMP, tratando todos como componentes de uma única força a quem cabe total responsabilidade pelos atos ocorridos.

A ausência de compatibilidade com a teoria também pode ser descrita pelo fato das EMP não terem atuado como um ativo próprio das forças contrainsurgentes. Ainda que os militares buscassem uma maior coordenação com esse ator, como por ocasião da criação do ROC, a falta de coesão entre ambas as partes imperava. As EMP atuavam praticamente de forma independente. Seus compromissos estavam voltados a cumprir o que estava previsto em seus contratos, sem nenhuma consideração ao propósito da operação mais ampla que visava a conquista do apoio da população. Isso atesta um dos pré-requisitos para o sucesso de uma insurgência estabelecidos por Galula, especificamente, o que diz respeito à fraqueza do contrainsurgente. Por mais que as EMP não tenham sido previstas por Galula, dentre ou

permeando os quatro instrumentos presentes na máquina de controle da população, elas constituem-se, na atualidade, mais um item que deve ser controlado e direcionado, conforme as leis que pregam as ações contrainsurgentes, a fim de inviabilizar o desenvolvimento do oponente por ações do próprio contrainsurgente e, dessa forma, isolá-lo da população.

Nesse ambiente, há outros fatos marcantes que se contrapõem à teoria, como o caso em que as EMP abandonaram missões e deixaram para trás consideráveis quantidades de suprimentos ajudando a impulsionar as forças insurgentes. Essa conduta, além de colaborar com o desenvolvimento do oponente, em conformidade com o parágrafo anterior, reforça outro pré-requisito para o sucesso de uma insurgência, o apoio externo. Apesar de sua definição indicar que esse apoio seria prestado por uma parte não integrante ao conflito, os seus resultados são idênticos.

Outra postura, oposta à teoria, foram os casos em que cidadãos iraquianos, contratados por EMP, realizaram pagamentos às forças insurgentes a fim de concluir suas tarefas. Esses casos representam exemplos práticos de uma das deduções levantadas pelo teórico em sua terceira lei que expressa que o contrainsurgente não pode negociar questões de segurança, pois assim, tenderá a migrar o apoio da população para o lado insurgente. Esses casos são emblemáticos, dado que se esperava que esta parcela da população, que atuava em prol da reconstrução do próprio país, funcionasse como elemento catalizador do apoio da população e não o contrário.

De modo geral, os casos relacionados aos efeitos negativos das EMP, seja por condutas de seus funcionários, seja pelo modo como operacionaliza suas atividades em função de seus contratos, divergem por completo da teoria estabelecida por David Galula.

Em que pese, inicialmente, temos apresentado pontos vigorosamente aderentes a sua teoria, esses simbolizam mais o que se espera ou os resultados que as EMP podem

proporcionar em virtude das suas potencialidades. No Iraque, essa força inicial das EMP muito se revestiu em fraqueza a partir do momento de sua atuação.

Singer, no título de uma de suas obras, já sintetizava os efeitos do emprego das EMP em meio a uma guerra de contrainsurgência, expressando: “não pode ganhar com eles, não pode ir para a guerra sem eles: empresas militares privadas e contrainsurgência” (SINGER, 2007, p.1, tradução nossa).⁴⁰

Dessa maneira, a falta de aderência das EMP à teoria de Galula continuará a tender nesse sentido a menos que os pontos abordados, tais como: coesão com as forças regulares; postura de seus funcionários; e a finalidade de seus serviços, sejam alterados e passem a focar naquilo que é o cerne da campanha na guerra de contrainsurgência, o apoio da população.

4.2 Conclusões Parciais

Por meio da comparação, podemos perceber que o emprego das EMP, durante a Guerra do Iraque, possuiu vários pontos aderentes e contrastantes à teoria de David Galula.

Os pontos aderentes nos revelam como as EMP podem favorecer às forças contrainsurgentes funcionando como um ativo multiplicador de forças. Sua flexibilidade em disponibilizar serviços e habilidades diversificadas e em quantidade se encaixam perfeitamente à concepção do teórico de que o lado que melhor oferecer proteção, que mais ameaçar e que apresentar maior probabilidade de vitória condicionará a postura da população.

Todavia, o enorme potencial apresentado de início perde seu expressivo peso na balança, à medida que verificamos que a conquista do apoio da população não permeou as ações realizadas por essas empresas, o que demonstrou, em linhas gerais, uma não aderência à teoria.

Findo o desenvolvimento, a seguir, passaremos às conclusões do estudo.

⁴⁰ No original em inglês: “*Can’t Win with ‘Em, Can’t Go to War Without ‘Em: Private Military Contractors and Counterinsurgency*”

5 CONCLUSÃO

Para a realização deste estudo, foi escolhido como referencial teórico os conceitos desenvolvidos pelo francês, David Galula, a partir de sua obra *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (1964), uma das principais fontes norte-americanas da doutrina de contrainsurgência. Foi escolhida também, como realidade histórica a ser confrontada com a teoria, o notável emprego de empresas militares privadas durante a Guerra do Iraque.

O propósito definido para este estudo era responder se o emprego de EMP, em apoio as ações contrainsurgentes no Iraque, teve aderência ao modelo teórico de David Galula considerando, mormente, a variável apoio da população. Por intermédio de nossos estudos, concluímos que as EMP, apesar de terem uma forte tendência de adesão à teoria, ainda necessitam de uma reestruturação, principalmente, de seus *modus operandi*⁴¹. Assim, estes aspectos nos levaram a inferir que, neste contexto, as EMP não coadunaram com a teoria de Galula. Dessa percepção, podemos depreender os riscos envoltos a terceirização de serviços por meios dessas empresas ao mesmo tempo que externamos a relevância da pesquisa que, acreditamos, tenha um potencial de despertar o debate sobre esse novo ator no âmbito da MB.

Para o atingir o propósito do estudo foram analisados alguns aspectos de interesse da Guerra do Iraque que emanaram os impactos, ora positivos, ora negativos, que a utilização das EMP ocasionaram à campanha das forças contrainsurgentes. De modo a delimitar a abordagem, foram priorizados os impactos que porventura tivessem alguma relação com a variável apoio da população. Para isso, o trabalho foi estruturado em três capítulos de desenvolvimento, abordando alguns aspectos da teoria de David Galula para a guerra de contrainsurgência, o papel das EMP durante a Guerra do Iraque e, por fim, uma interação entre a teoria e a realidade.

⁴¹ De acordo com o dicionário online de português o termo significa “modo de operação”. É uma expressão usada para informar o modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera (MODUS, 2021).

No capítulo dois, inicialmente, apresentamos um breve histórico da natureza intelectual e vida de David Galula, para, posteriormente, nos debruçarmos sobre o seu modelo teórico, no qual exploramos conceitos e características da insurgência e contrainsurgência, condições a serem combatidas de uma insurgência, até que por fim, expomos as leis da guerra de contrainsurgência.

No capítulo três, realizamos uma descrição do que viria a ser uma EMP e sua evolução histórica, muito por ser um tema pouco difundido na esfera militar brasileira. Em seguida, buscamos evidenciar os fatores que impulsionaram a gigantesca demanda por sua utilização na Guerra do Iraque e os resultados de suas atuações em meio a campanha de “coração e mentes” das forças de contrainsurgência. Quanto a esse último tópico, desdobramos os resultados em impactos favoráveis e não favoráveis, com foco na variável população, de maneira que pudéssemos alcançar evidências que viabilizassem uma melhor avaliação do papel das EMP ao longo do conflito, que como enfatizamos, registrou um histórico sem precedentes na participação desse novo ativo.

No capítulo quatro, após confrontar a teoria com a realidade, constatamos ocasiões ou perspectivas na qual o emprego das EMP se aproximaram do modelo teórico, porém as evidências, provenientes dos resultados negativos de apoio das EMP, demonstraram uma total inobservância à teoria, ferindo o elemento vital sobre o qual são desencadeados as operações de contrainsurgência, e nesse sentido, ganhando um maior peso na avaliação final que tendeu a uma não aderência a teoria as ideias desenvolvidas por David Galula.

Concluindo o presente estudo, constatamos que o caminho seguido pelas EMP durante a Guerra do Iraque, não acompanhou as ações das forças contrainsurgentes que visavam conquistar o apoio da população e, juntamente com ele, reestruturar o país. As EMP realizavam ações de forma independentes em busca de cumprir os seus contratos tendo pouca consideração pela operação mais ampla, ou seja, seus objetivos operacionais eram distintos. A falta de uma

frente única acabou por beneficiar o insurgente que se aproveitou de uma fraqueza das forças contrainsurgentes para se desenvolver e ampliar o seu controle sobre a população.

Ficou evidente que a relação com a população também foi bastante degradada por conta de comportamentos abusivos por parte de funcionários das EMP. Por mais que as empresas venham a desempenhar ações em benefício à reconstrução do país, que conseqüentemente favorecem a população, a repercussão desses incidentes destrói a imagem das EMP e, paralelamente, mina todos os esforços já realizados na campanha do contrainsurgente pelo fato de todos serem vistos pela população como componentes de uma mesma força.

Ressalta-se que apesar do papel das EMP no Iraque não terem apresentado aderência ao modelo teórico proposto, isso não invalida a teoria. Sua importância é destacada, em 2006, quando proporciona uma reformulação da doutrina do exército norte-americano para operações militares em um ambiente de contrainsurgência.

Neste trabalho, não foi possível abordar o tema sob os aspectos legais que envolvem a utilização das EMP em meio aos conflitos armados, questão muito discutida em torno desse ator. Para estudos futuros, sugere-se que sejam consultados trabalhos que permitam fazer uma análise desse aspecto dentro da mesma ou de outra realidade histórica.

Por fim, a pesquisa indicou a importância do entendimento da teoria de contrainsurgência de Galula centrada na população, somando-se a emergência de um novo ator que pode funcionar como um instrumento de grande valor desde que seja empregado de forma adequada. Assim, sugere-se que a MB, face aos conflitos contemporâneos que tendem a internalizar essas questões, incentive os militares a debater sobre esses pontos, particularmente, sobre as EMP, por se tratar de um assunto pouco explorado no âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, M. C. Selling Security: Assessing the Impact of Military Privatization. **Review of International Political Economy**, Aberystwyth, v. 15, n. 1, p. 131-146, fev. 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25261958>>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- ACADEMI LLC (formerly Xe and Blackwater Worldwide). **Militarist Monitor**, 2019. Disponível em: <https://militarist-monitor.org/profile/blackwater_worldwide/>. Acesso em: 19 maio 2021.
- AD HOC. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ad-hoc/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- BARMA, Naazneen H. Failed State: government. **Britannica**, 2013. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/failed-state>>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- COTTON, S. K. *et al.* **Hired Guns: Views About Armed Contractors in Operation Iraqi Freedom**. Santa Monica: RAND Corporation, 2010. 143 p. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/monographs/MG987.html>>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.
- FRIEDMAN, R. M. **Civilian Contractors on the Battlefield: A Partnership with Commercial Industry or a Recipe for Failure?** Carlisle: U.S. Army War College, 2002. 37 p. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA404511>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964. 118 p.
- JHONES, L. M. **Role of Private Military Security Companies in Counter-Insurgency Operations**. 2012. Tese (Mestrado em Estudos Econômicos e Sociais) – Departamento de Política Internacional, Universidade de Aberystwyth, Aberystwyth, 2012. Disponível em: <https://pure.aber.ac.uk/portal/files/27726394/jones_michelle_ipm0060.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- KNOW-HOW. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/know-how/>>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- LEWIS, Adrian. R. **The American Culture of War: The History of U.S. Military Force from World War II to Operation Iraqi Freedom**. 3. ed. New York: Routledge, 2018. 584 p.
- LONG, A. **On Other War: Lessons from five decades of RAND Counterinsurgency Research**. Santa Monica: RAND Corporation, 2006. 119 p. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2006/RAND_MG482.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LOTHA, Gloria. Dick Cheney: vice president of United States. **Britannica**, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Dick-Cheney>>. Acesso em: 19 maio 2021.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 479 p.

MARLOWE, Ann. **David Galula: His Life and Intellectual Context**. 2010. Monografia (Instituto de Estudos Estratégicos) - U. S. Army War College, Carlisle, 2010.

MODUS OPERANDI. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/modus-operandi/>>. Acesso em: 21 maio 2021.

MONTAGNE, Renee; TEMPLE-RASTON, Dina. Iraqis See U.S. Contractors, Troops the Same. **National Public Radio**. Morning Edition. 2007. Disponível em: <<https://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=17307607>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RAND CORPORATION. **RAND**, c2021. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.rand.org/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCAHILL, J. **Blackwater: a ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo**. Tradução de Claudio Carina e Ivan Cuck. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 552 p.

SCHAM, Stuart R. Mao Zedong: Chinese leader. **Britannica**, 1998. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Mao-Zedong>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SCHREIER, F.; CAPARINI, M. **Privatising Security: Law, Practice and Governance of Private Military and Security Companies**. Genebra: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Occasional Paper, 2005. Disponível em: <https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/op06_privatising-security.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SHIMKO, Keith L. **The Iraq Wars and America's Military Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2010. 249 p.

SINGER, P. W. **Can't Win with 'Em, Can't Go to War Without 'Em: Private Military Contractors and Counterinsurgency**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 2007. 26 p. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/0927militarycontractors.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

SINGER, P. W. **Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Industry**. New York: Cornell University Press, 2008. 360 p.

TIKKANEN, Amy. Donald Rumsfeld: American government official. **Britannica**, 2007. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Donald-Rumsfeld>>. Acesso em: 19 maio 2021.

WALLENFELDT, Jeff. Henry A. Kissinger: United States statesman. **Britannica**, 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Henry-Kissinger>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

WILLIAMS, P. D. **Security Studies: An Introduction**. New York: Routledge, 2008. 576 p.